



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Handwritten signatures in blue ink

CONTRATO-PROGRAMA
ENTRE
O MUNICÍPIO DE LISBOA
E
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

Considerando que:

- A) O ciclone Idai, que se formou a 14 de março de 2019, causou um elevado número de vítimas mortais, afetou a integridade física de milhares de pessoas e originou avassaladores danos materiais em Moçambique, entre os quais se contam a destruição total ou parcial de habitações, escolas, unidades de saúde, redes de abastecimento de água, infraestruturas de saneamento e campos agrícolas, especialmente, nas províncias de Sofala, Zambézia, Manica e Tete, o que se traduz numa inegável catástrofe natural;
- B) Menos de seis semanas depois, a 25 de abril, o ciclone Kenneth atingiu a costa norte do país, nas Províncias de Nampula e Cabo Delgado, causando a destruição generalizada de campos agrícolas, habitações e infraestruturas.
- C) Inúmeras entidades nacionais expressaram a sua disponibilidade para contribuir financeiramente para auxiliar as vítimas daquela catástrofe natural no processo de reconstrução e reabilitação;
- D) Urge reforçar a assistência às áreas devastadas, através de uma ação coordenada dos diferentes intervenientes em causa;
- E) A Cruz Vermelha Portuguesa, pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública administrativa sem fins lucrativos, cujo regime Jurídico e Estatutos se encontram devidamente plasmados pelo Decreto-Lei nº 281/2007, de 7 de Agosto, que desde a primeira hora no cumprimento dos seus princípios fundamentais e missão encontra-se em estreita colaboração com o Estado Moçambicano a prestar assistência humanitária e social às vítimas daquela enorme catástrofe, iniciou e assumiu, perante a devastação ocorrida e imprescindibilidade de reparação dos danos causados pelo ciclone IDAI.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

f. luv
Colle

ENTRE:

O **Município de Lisboa**, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, com sede na Praça do Município, em Lisboa, adiante designada por Primeiro Outorgante ou por CML, pessoa coletiva de direito público n.º 500 051 070, neste ato representado pelo Vereador do Pelouro do Serviço Municipal da Proteção Civil, Carlos Manuel Castro, no uso de competência delegada e subdelegada pelo Despacho n.º 24/P/2019, de 19 de fevereiro, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1305, de 21 de fevereiro de 2019,

E

Cruz Vermelha Portuguesa, com sede no Jardim 9 de Abril, número 1 a 5, em Lisboa, adiante designada por Segundo Outorgante ou CVP, pessoa colectiva n.º 500 745 749, neste ato representada pelo Presidente Nacional Francisco Henrique Moura George, com poderes para o efeito,

É celebrado e por ambos aceite o presente contrato-programa que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

Constitui objeto do presente contrato-programa a atribuição de apoio financeiro para o desenvolvimento de reabilitação e reconstrução, nas localidades de Moçambique afetadas pela passagem dos ciclones Idai e Kenneth, para apoio à Construção em curso de novo Edifício de Serviço de Urgência, designadamente Serviços Administrativos e nova ala do Hospital Maternidade.

Cláusula Segunda

(Apoio financeiro)

O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante o apoio financeiro mencionado na cláusula anterior, no montante de €75.000,00 (setenta e cinco mil euros), a transferir numa única tranche a efetuar após a assinatura do presente Contrato-programa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Handwritten signature in blue ink

Cláusula Terceira
(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:

1. Transferir para o Segundo Outorgante o montante estipulado na cláusula segunda.
2. Acompanhar todos os procedimentos necessários e adequados à execução da respetiva obra.
3. Acompanhar e verificar a actividade desenvolvida pelo segundo outorgante no âmbito deste Contrato-Programa.

Cláusula Quarta
(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

1. Efetuar os procedimentos que se afigurem necessários e que visem a obra objeto do presente apoio.
2. Cumprir as obrigações advenientes da sua qualidade de Dono da Obra.
3. Acompanhar a execução de toda a obra e garantir a correta utilização do apoio atribuído pelo Primeiro Outorgante.
4. Apresentar os relatórios narrativos e financeiros relativos à execução e aos resultados deste Contrato-Programa, que lhe sejam solicitados pelo Primeiro Outorgante.

Cláusula Quinta
(Visibilidade e Divulgação do Apoio)

1. O apoio concedido pelo primeiro outorgante para a implementação e execução dos projetos em apreço serão publicados no *site* oficial da CVP.
2. Publicitar o apoio da CML, através da menção expressa «Com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa» e inclusão do respetivo logótipo em todos os suportes gráficos ou outros de promoção ou divulgação, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

f. l m J m

Cláusula Sexta

(Cooperação entre as Partes)

As partes estão vinculadas ao dever de cooperação mútua, designadamente, no tocante à prestação recíproca das informações necessárias à boa execução deste Contrato-Programa.

Cláusula Sétima

(Auditoria)

O presente apoio pode ser sujeito a auditoria a realizar pelo Departamento de Gestão da Qualidade e Auditoria da Câmara Municipal de Lisboa, devendo o Segundo Outorgante disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

Cláusula Oitava

(Confidencialidade)

1. As Partes obrigam-se a tratar e a manter como confidencial toda a informação e a documentação que obtenham a respeito dos demais durante a vigência do presente Contrato-Programa, mesmo após a sua extinção.
2. A informação e a documentação cobertas pelos deveres de sigilo e de confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer utilização e modo de aproveitamento não destinados exclusivamente à execução do presente Contrato-Programa.
3. As Partes devem garantir que terceiros que participem na execução de atividades decorrentes deste Contrato-Programa respeitem, igualmente, o dever de confidencialidade.

Cláusula Nona

(Proteção de dados)

No âmbito da execução do presente Contrato-Programa, as Partes devem assegurar a proteção adequada dos dados pessoais, em conformidade com as leis e os regulamentos que lhes são aplicáveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

f. l. m. c. l. e.

Cláusula Décima

(Revisão)

O presente Contrato-Programa pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Lisboa.

Cláusula Décima-Primeira

(Resolução)

1. Qualquer das partes pode resolver o presente Contrato-Programa caso se verifique o incumprimento pela outra parte de uma ou mais obrigações, constantes no mesmo, por causa que lhe seja imputável.
2. A resolução do presente Contrato-Programa deve efetuar-se através de notificação dirigida à outra parte, por carta registada, com aviso de receção, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.
3. Por imposição legal ou por motivos de ponderoso interesse público, o Primeiro Outorgante pode, em qualquer momento, resolver o presente Contrato-Programa.

Cláusula Décima-Segunda

(Omissões)

A tudo o que estiver expressamente previsto neste Contrato-Programa são aplicáveis, a título subsidiário, as disposições legais vigentes no ordenamento jurídico Português.

Cláusula Décima-Terceira

(Foro Competente)

Para a resolução de qualquer litígio que não seja passível de resolução amigável entre as Partes no prazo de trinta dias, decorrentes da outorga do presente Contrato-Programa, incluindo questões emergentes da sua interpretação, é competente o foro de Lisboa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Cláusula Décima-Quarta

(Vigência)

O presente Contrato-Programa entra em vigor na data da sua celebração e extingue-se com o integral cumprimento de todas as obrigações dele emergentes.

O encargo resultante do presente Contrato-Programa, no valor total de €75.000,00 (setenta e cinco mil euros), encontra-se previsto na Orgânica S12.00, classificação económica: 04.07.01, EXTRAPLANO, do Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa, cujo cabimento 5319006296 (NUP 619004171), declaração de fundos disponíveis 1476/2019 e compromisso 6419006487 se anexam se anexam, bem como as declarações de não existência de dívidas emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P. e pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Lisboa, 4 de dezembro de 2019

Pelo Município de Lisboa

Pela Cruz Vermelha Portuguesa

O Vereador,

O Presidente Nacional,

Carlos Manuel Castro

Francisco Henrique Moura George